

EDITORIAL

Rupturas epistemológicas na Administração: para além da racionalidade instrumental

Epistemological ruptures in Administration: beyond instrumental rationality



Laís Stephany do Carmo Vieira Feitosa¹



Francisco Antonio Serralvo²



O campo da Administração enfrenta um paradoxo fundamental: apesar de estar inserido em um cenário de rápidas transformações tecnológicas, persistentes desigualdades sociais e uma crescente demanda por gestão responsável, ainda sofre de inércia epistemológica. Embora haja avanços técnico-operacionais, como métodos analíticos, tecnologias digitais e sistemas de controle aprimorados, os fundamentos epistemológicos da área permanecem, em grande medida, pouco discutidos e ainda vinculados a premissas funcionalistas e instrumentalistas (Burrell & Morgan, 1979; Ramos, 1981).

A tensão entre os avanços técnicos e as discussões epistemológicas transcende um mero descompasso e revela uma lacuna estrutural na Administração. A produção de conhecimento relevante requer uma análise crítica dos regimes de verdade que legitimam o ensino, a pesquisa e a aplicação organizacional. Essa questão ultrapassa o

¹ laistephany@yahoo.com.br, Mestranda em administração – PPG Adm PUC-SP, São Paulo [Brasil]

² serralvo@pucsp.br, Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e editor-chefe da RAD, São Paulo/SP - [Brasil]

Como citar este artigo

Feitosa, L. S. C. V., & Serralvo, F. A. (2024). Rupturas epistemológicas na Administração: para além da racionalidade instrumental [Editorial]. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 27(1), 1-6. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2025v27i2.74237>

âmbito abstrato, configurando-se também como um problema ético e político, pois o conhecimento administrativo fundamenta práticas organizacionais, orienta políticas públicas e pode tanto reproduzir quanto contestar assimetrias sociais (Habermas, 1987; Foucault, 1980).

Mesmo com a ampliação do repertório teórico da Administração, especialmente por meio de abordagens críticas, interpretativistas e pós-estruturalistas, a racionalidade instrumental permanece predominante. Critérios de rigor, padrões editoriais e métricas científicas derivam dessa lógica e funcionam como matriz implícita para a validação do conhecimento administrativo (Blau, 2021; Lockwood, 2023). Essa hegemonia privilegia conhecimentos abstratos, universalizantes e descontextualizados, em detrimento de saberes situados e de perspectivas provenientes de contextos periféricos.

Nesse cenário, a epistemologia da Administração torna-se central. Mais do que um exercício especulativo, ela constitui uma chave interpretativa para compreender os limites, as tensões e as possibilidades do campo. O questionamento desses fundamentos expande as fronteiras da reflexão administrativa, possibilitando a incorporação de dilemas como a decolonialidade do conhecimento, a justiça cognitiva, a sustentabilidade e a subjetividade dos atores organizacionais (Quijano, 2000; Mignolo, 2007; Bispo, 2022). A manutenção da relevância científica e da legitimidade social do campo depende, portanto, da revisão de seus fundamentos epistemológicos diante das demandas contemporâneas.

A ideia central da "racionalidade substantiva" proposta por Serva (1997) desafia a lógica tradicional instrumental ao redefinir os parâmetros da prática administrativa com base na ética e na responsabilidade social. Críticas recentes demonstram que normas editoriais, métricas de impacto e padrões metodológicos importados não são neutros, pois perpetuam assimetrias na produção e na circulação do conhecimento em Administração. Essas práticas frequentemente desvalorizam trajetórias acadêmicas locais, idiomas não hegemônicos e agendas de pesquisa situadas (Alcadipani & Barros, 2023; Bispo, 2022). Nesse contexto, a obra de Maurício Serva emerge como um eixo analítico relevante para reposicionar o campo, ao articular a demonstração empírica da racionalidade substantiva como prática mensurável (Serva, 1997), a consolidação de uma comunidade epistemológica crítica no Brasil (Serva et al., 2015; Serva, 2017) e o desenvolvimento de uma abordagem pragmatista de análise organizacional centrada na ação coletiva, deliberação e responsabilidade pública (Serva, 2023).

A partir dessas discussões, a Administração, enquanto ciência social aplicada, desloca o foco do fazer instrumental para a compreensão dos fundamentos e finalidades da ação coletiva organizada. As organizações são reconhecidas como arenas de disputa simbólica e material, permeadas por relações de poder, o que exige deliberação pública e reflexividade como critérios centrais de rigor científico (Ferro, 2025; Olmos-Vega et al., 2023). Essa perspectiva dialoga com debates sobre pluriversidade e abordagens

decoloniais, que defendem políticas editoriais mais inclusivas e a abertura a epistemes historicamente marginalizadas (Banerjee, 2022; Mielly et al., 2024).

A Administração como campo epistêmico plural

Contudo, a defesa da pluralidade epistemológica na Administração não implica relativismo acrítico. O objetivo consiste em ampliar e reconstruir os critérios de validade científica, promovendo a integração entre paradigmas, métodos e saberes, de modo a incorporar vozes e experiências tradicionalmente excluídas da teoria, da pesquisa e do ensino em gestão (Bispo, 2022). Assim, a pluralidade não enfraquece o rigor científico, mas o redefine ao reconhecer que diferentes formas de conhecimento podem coexistir e contribuir para uma compreensão mais situada dos fenômenos organizacionais.

Em consonância com essa perspectiva, editoriais e dossiês temáticos no Brasil destacam a necessidade de uma ciência administrativa aberta à alteridade, com políticas editoriais inclusivas e práticas que valorizem múltiplas linguagens, métodos e territórios (Bispo, 2022; Mielly et al., 2024). Essa orientação converge com esforços para institucionalizar a pluralidade como critério de qualidade, transferindo o debate sobre diversidade temática para os fundamentos epistemológicos do campo.

Nesse contexto, a contribuição de Serva (2017) revela-se fundamental. Ao mapear tendências da epistemologia da Administração no Brasil, o autor evidencia o enraizamento crítico do campo e seu diálogo crescente com outras ciências sociais, reforçando que a pluralidade epistemológica pode e deve ser sistematizada como padrão de rigor. Revisões recentes indicam aproximações produtivas entre Epistemologias do Sul e perspectivas decoloniais, com impactos não apenas normativos, mas também epistemológicos, em áreas como a gestão ambiental, o ensino de Administração e a gestão pública (Louredo & Oliveira, 2022; Santos, 2012).

No âmbito do ensino, a adoção da pluralidade implica repensar currículos e práticas, não apenas como atualização de conteúdos, mas também como escolhas epistemológicas. Temas como justiça social, território, ancestralidade e sustentabilidade passam a integrar o debate sobre o que constitui conhecimento válido, sem renunciar a métodos consistentes e de utilidade pública (Biesta, 2009; Tardif, 2014).

A aproximação entre crítica epistemológica e análise organizacional possibilita compreender as organizações como arenas de poder, campos simbólicos e, simultaneamente, espaços de resistência e criação. Estudos contemporâneos que revisitam Foucault e Mary Parker Follett demonstram que o poder não se restringe à lógica da dominação. Quando entendido como poder-com e poder-para, pode assumir um caráter gerativo, promovendo a aprendizagem coletiva, a criatividade organizacional e formas inovadoras de coordenação social (Carlsen et al., 2020; Portschy, 2020).

Do ponto de vista metodológico, o modelo analítico desenvolvido por Serva (1997) para examinar processos administrativos e aferir a intensidade da racionalidade substantiva permanece atual e relevante. O balanço de Serva et al. (2015) evidenciou a

expansão e consolidação desse modelo nos estudos organizacionais brasileiros, inspirando aplicações empíricas em contextos como licitações públicas, trabalho prisional, startups e terceiro setor (Caitano & Serva, 2020; Giotto et al., 2025). Esses estudos demonstram que racionalidades instrumentais e substantivas coexistem e se tensionam nas práticas de gestão, reforçando a necessidade de abordagens analíticas sensíveis à complexidade organizacional.

A proliferação de checklists, métricas padronizadas e protocolos rígidos de avaliação é evidente (Lockwood, 2023). Embora frequentemente justificados pela transparência e pela comparabilidade, esses dispositivos, quando utilizados sem reflexão crítica, tendem a reduzir a complexidade epistemológica e a restringir a abertura paradigmática da pesquisa. Equilibrar rigor, transparência e reflexividade nas políticas editoriais torna-se fundamental para preservar o debate epistemológico como parte integrante da prática científica (Olmos-Vega et al., 2023). No âmbito normativo, reconstruções baseadas na teoria do reconhecimento oferecem alternativas para enfrentar crises ecológicas e sociais, sem renunciar à exigência de justificações públicas e do compromisso ético da pesquisa (Visser, 2025).

Um chamado à reflexão epistemológica

A trajetória da epistemologia da Administração revela um campo em constante transformação, que transita da ênfase prática à reflexão filosófica e da ciência normativa à crítica social. O conhecimento administrativo expandiu progressivamente seu repertório teórico e metodológico, tornando-se mais plural e dinâmico (Burrell & Morgan, 1979; Serva, 2017).

Revisitar os fundamentos epistemológicos é essencial diante dos desafios contemporâneos. Valorizar a diversidade de paradigmas, reconhecer os limites dos modelos hegemônicos e propor inovações são condições necessárias para manter a relevância e a legitimidade do campo. Conflitos entre funcionalismo e crítica, universalismo e localismo, objetividade e subjetividade atribuem à epistemologia um papel central na redefinição do rigor científico.

A epistemologia da Administração, além de ser teoria, constitui um instrumento de transformação organizacional. Ao questionar pressupostos, amplia as práticas de gestão e possibilita abordagens mais reflexivas e responsáveis, reforçando o caráter público do conhecimento administrativo (Banerjee, 2022; Ho, 2025).

As rupturas epistemológicas discutidas ao longo deste ensaio constituem respostas históricas à necessidade de repensar a função social da ciência em contextos de crises simultâneas. Integrar a pluralidade epistêmica, a justiça organizacional e a deliberação pública como dimensões do rigor científico reposiciona a Administração como ciência pública, orientada à coconstrução de mundos socialmente habitáveis (Banerjee, 2022; Ho, 2025).

O percurso delineado por Maurício Serva, que abrange desde a demonstração empírica da racionalidade substantiva (Serva, 1997), passando pelo enraizamento de uma epistemologia crítica brasileira (Serva et al., 2015; Serva, 2017), até a Análise Pragmatista de Organizações (Serva, 2023), oferece instrumentos sólidos para

reconstruir o rigor científico com base na ética, no diálogo e no compromisso público. Mais do que um legado teórico, trata-se de uma práxis que convoca editoras, avaliadores, docentes e pesquisadores a instituir a pluralidade como princípio operativo da ciência administrativa, refletida na escolha dos problemas de pesquisa, dos métodos, das línguas, das autorias e dos critérios de validação do conhecimento.

Referências

- Alcadipani, R., & Barros, A. (2023). Decolonizing journals in management and organizations? *Management Learning*, 54(4), 576–586. <https://doi.org/10.1177/13505076221083204>
- Banerjee, S. B. (2022). Decolonizing management theory: A critical perspective. *Journal of Management Studies*, 59(4), 1074–1087. <https://doi.org/10.1111/joms.12756>
- Biesta, G. (2009). *Good education in an age of measurement: ethics, politics, democracy*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Bispo, M. de S. (2022). A impossibilidade da ciência aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. *Revista de Administração Contemporânea*, 26(2), e210246. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac202210246.por>
- Blau, A. (2021). Defending instrumental rationality against critical theorists. *Political Research Quarterly*, 74(4), 1067–1080. <https://doi.org/10.1177/1065912920958492>
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis*. London: Heinemann.
- Caitano, D. O., & Serva, M. (2020). No limite da razão: o deliberar e a phrónesis no trabalho prisional. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(Spe.), 821–835. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190051>
- Carlsen, A., Clegg, S. R., Pitsis, T. S., & Mortensen, T. F. (2020). From ideas of power to the powering of ideas. *European Management Journal*, 38(6), 829–835. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2020.03.006>
- Ferro, B. (2025). More than regulation: Challenging Habermas on the future of the public sphere. *Journal of Social Philosophy*. <https://doi.org/10.1111/josp.70018>
- Foucault, M. (1980). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Giotto, O. T., Bencke, F. F., & Mozzato, A. R. (2025). Racionalidades substantiva e instrumental: evidências em startups. *Cadernos EBAPE.BR*, 23(4), e2023–0243. <https://doi.org/10.1590/1679-395120230243>
- Habermas, J. (1987). *Teoria da ação comunicativa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ho, H. C. Y. (2025). A one-year prospective study of organizational justice and work attitudes. *Journal of Managerial Psychology*, 40(1), 21–36. <https://doi.org/10.1108/JMP-02-2024-0113>
- Lockwood, C. (2023). The rise of checklists and the fall of reflexivity. *Nursing & Health Sciences*, 25(4), e13246. <https://doi.org/10.1111/nhs.13046>

- Louredo, F., & Oliveira, T. (2022). Administração desnordeada? *Research, Society and Development*, 11(2), e25378. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25378>
- Mielly, M., Islam, G., Peredo, A. M., Muzanenhano, P., Irigaray, H. A. R., & Bazana, S. (2024). Decolonizing perspectives and pluriversality. *Cadernos EBAPE.BR*, 22(6), e2024-0172. <https://doi.org/10.1590/1679-395120240172>
- Mignolo, W. (2007). *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press.
- Olmos-Vega, F. M., Stalmeijer, R. E., Varpio, L., & Kahlke, R. (2023). A practical guide to reflexivity. *Medical Teacher*, 45(3), 241–251. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2022.2057287>
- Portschy, J. (2020). Times of power, knowledge and critique in the work of Foucault. *Time & Society*, 29(2), 392–419. <https://doi.org/10.1177/0961463X20911786>
- Quijano, A. (2000). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168–178.
- Ramos, A. G. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.
- Santos, L. S. (2012). *A tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na gestão pública: novos caminhos de um campo de estudo* (Dissertação de Mestrado, UFSC). <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99306>
- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, 37(2), 18–30. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901997000200003>
- Serva, M. (2017). Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 740–750. <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/73209>
- Serva, M. (2023). Análise pragmatista de organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 63(1), e2021-0563. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020230101>
- Serva, M., Caitano, D., Santos, L., & Siqueira, G. (2015). A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(3), 414–437. <https://doi.org/10.1590/1679-395116344>
- Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.
- Visser, M. (2025). Honneth and normative reconstruction in CMS. *Frontiers in Sociology*, 10, 1646745. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2025.1646745>